

Ato de repúdio à violência da Reitoria e da PM

A Adusp promoveu em 20/3, no auditório da Geografia (FFLCH), um ato de repúdio à violência promovida em 7/3 pela Polícia Militar, a pedido da Reitoria da USP, para dispersar o protesto contra a votação dos “Parâmetros de Sustentabilidade” pelo Conselho Universitário (Co). Na abertura, foi projetado um vídeo sobre os episódios de 7/3 (<http://bit.ly/2mWnx9z>). Em seguida, o professor César Minto, presidente da Adusp, pronunciou-se em nome da entidade: “Este é um momento grave e de muita indignação para todos nós, quando somos instados a realizar este ato de desagravo, devido à postura sistemática da Reitoria, absolutamente inadequada à administração de uma instituição pública e, sobretudo, de caráter educacional como é a Universidade de São Paulo (USP)”.

Concedida a palavra aos convidados, Pedro Serrano, representante da vereadora Sâmia Bonfim (PSOL), saudou a Adusp e classificou de “atrocidade, que não pode ser aceita com naturalidade”, o que ocorreu em 7/3: “O reitor bancou que um Co acontecesse a *forças* com base no cassetete e na bala de borracha”. Em seguida foi apresentada mensagem de solidariedade do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), gravada em vídeo (<http://bit.ly/2opVXOM>). “O reitor Zago foi eleito com promessas de diálogo com toda a comunidade acadêmica, e acabou se transformando num exemplo de truculência e de falta de diálogo”, disse.

A professora Anatalina Lourenço, representante da Apeoesp, manifestou seu “repúdio a esse golpe desferido de forma covarde pela PM”. Destacou que a universidade pública é “local de formação dos professores que vão para a rede pública”, e assinalou que cabe uma nova palavra de ordem: “Para além de fora Zago, fora Alckmin!”. Neusa Santana Alves (Fasubra) lembrou que a violência policial é instigada pela mídia e pediu a unidade dos movimentos sociais contra as medidas antidemocráticas: “Com bombas ou sem bombas, temos que enfrentar”.

A professora Maria Lúcia dos Santos (Andes Regional SP) ex-

pressou indignação com o comportamento da Reitoria e solidariedade com os movimentos. A professora Roseli Rocha (Andes-SN) considera que a ação da PM fere a autonomia universitária e citou ocorrências semelhantes em outros Estados. “Fora Zago, Alckmin e Temer!”, concluiu. O professor Carlos Belo (Adunifesp) denunciou a existência de um “projeto muito agressivo” nos níveis estadual e federal. “Estamos asfixiados pela PEC dos Gastos [Emenda Constitucional 94/2017]. A mídia oculta, mas o governo é impopular”.

Campus militarizado. Maria José Menezes (Zezé), do Núcleo de Consciência Negra (NCN), lembrou: “A USP há muito tempo é patrulhada pela PM. Ela não entrou no *campus*; ela [já] tem um espaço reservado”. “Estudantes que não têm o perfil médio dos alunos da USP sistematicamente passam por revistas vexatórias”. Zezé pediu uma Estatuinte que democratize a estrutura de poder da USP.

O deputado Carlos Giannazi (PSOL-SP) afirmou que a gestão M.A. Zago-V. Agopyan “significa destruição, desconstrução, desmonte da USP”. Relatou que no dia 7/3, junto com Magno de Carvalho, diretor do Sintusp, tentou negociar com o comando local da força da PM, sem êxito. O comandante lhe disse: “Olha, não tem negociação porque estamos aqui a pedido do reitor”. A conclusão é que “Zago é mais realista que o rei, está um passo à frente de todos os governos neoliberais”.

“Vahan [Agopyan] está pior do que Zago, disse que nós agredimos a Polícial”, revelou a professora Zilda Iokoi (grupo Diversitas). “O projeto da Reitoria é transformar a USP num *bunker*. Temos que impedir que a próxima eleição seja nos moldes em que as eleições se deram até agora”.

O professor João Chaves (Fórum das Seis) observou que o Brasil é alvo de forças políticas que pretendem a destruição do serviço público e a entrega das riquezas brasileiras. “Zago segue o *script* federal e assumiu a tarefa de destruir a USP. Trata-se de um



Fotos: Américo Kerr

Ato realizado em 20/3 registrou muitos protestos contra Zago, Alckmin e Temer. Na mesa: professores João Chaves, César Minto e Rosângela Sarteschi



apêndice da Ditadura Militar”. Guilherme Fregonesi (DCE-Livre) destacou: “O centro é o projeto de Zago de destruir o que há de público na universidade, junto com a McKinsey”.

“Estávamos na iminência de sermos colocados para fora da USP”, declarou Magno de Carvalho, referindo-se ao ataque da Reitoria à entidade e à sua sede. Ele agradeceu aos professores pelo apoio recebido pelo Sintusp contra as pressões do reitor. Revelou que a tática da PM de atacar os manifestantes foi antecipada pelo chefe da segurança de Zago, Alexandre, ao prevenir os membros do Co: “Vamos fazer uma limpeza na porta da Reitoria”.

Mensagens de apoio. A mesa do ato leu diversas manifestações recebidas, entre as quais a do professor José Renato de Araújo (EACH), representante dos professores doutores no Co. No seu entender, a intenção da Reitoria

era a aprovação, a qualquer custo, da proposta de “Parâmetros de Sustentabilidade”, o que “incluía todas aquelas cenas de violência policial, que poderiam ter até mesmo causado consequências ainda mais graves, pois as vidas de muitas pessoas estiveram ameaçadas naquela tarde em frente à Reitoria”. “Como conselheiro do Co sinto-me envergonhado com o transcorrer daquela sessão, o professor Marco Antonio Zago conseguiu produzir uma das mais lamentáveis páginas da história da octogenária Universidade de São Paulo. Fato por si só digno de reprovação pública!”

Também foram lidas mensagens de solidariedade do mandato do deputado estadual Raul Marcelo (PSOL-SP), do professor Alfredo Bosi (FFLCH e IEA) e da professora Maria Helena Souza Patto (IP), transcritas na íntegra em <http://bit.ly/2nom3Rt>.

Vídeo integral do ato está disponível em <http://bit.ly/2oioMjb>.

Assembleia Geral
5/4, 4^{af}, 17h, Aud. Adma Jafet (IF)
Data-base, pós-Co de 7/3, greve geral

Presos, algemados e agredidos dentro da Reitoria. Superintendente jurídica esteve presente e omitiu-se

No dia 7/3, quando mantidos algemados pela PM numa sala da Reitoria, a educadora Nani Figueiredo e outros manifestantes relataram a Maria Paula Dallari Bucci as agressões sofridas. Ela disse que não podia “interferir”

Depois de espancados e presos por policiais militares durante a manifestação de 7/3, dois funcionários e dois alunos da USP foram conduzidos a uma sala do andar térreo da Reitoria e lá permaneceram algemados a maior parte do tempo. Dentro da sala, um deles levou tapas na cabeça, desferidos pelos policiais. Eles foram impedidos de chamar advogados. Enquanto estavam algemados na Reitoria, esses manifestantes receberam breve visita da superintendente jurídica da universidade, Maria Paula Dallari Bucci, que lhes disse que não poderia “interferir na ação policial”.

Marlene Figueiredo, a Nani, educadora da Creche Oeste, estava entre esses detidos. Seu crime: filmar a violência da Polícia Militar. Um vídeo divulgado pelo Diretório Central dos Estudantes registrou o momento em que Nani é agarrada e atirada ao chão (<http://bit.ly/2mTzsVm>). Mas o vídeo capta apenas parte das agressões sofridas por ela, que os policiais xingaram de “vagabunda” e “vadia”. Ainda estava no chão, imobilizada, quando um policial lhe deu um pontapé no flanco direito.

Os policiais apagaram um dos vídeos feitos por Nani no seu celular, conforme registrado por ela em boletim de ocorrência na 93ª DP. A seguir, os principais trechos de depoimento da educadora ao *Informativo Adusp*.

Filmando de longe. Fui para a Reitoria, me encontrar com umas colegas da creche que também estavam paralisadas. Quando eu cheguei já tinha vários policiais por ali, mas estava tudo tranquilo. Os manifestantes estavam no portão, aí saí para ir no Sindicato. E quando eu estava do outro lado da ECA ouvi um estrondo. Uma colega me ligou, muito assustada: “Nani de Deus, a Polícia começou a jogar bombas aqui”. Aí eu voltei para pegar essa amiga, a Luzia. Só que já estava muita fumaça, a Polícia jogando bomba

mesmo, e os manifestantes começaram a se dispersar. E eu tenho bronquite, fiquei longe, próxima à torre do Relógio. Coloquei meu celular e fiquei gravando e falando ao mesmo tempo, para mandar no grupo das creches. E fiquei nesse movimento de filmar de longe, bem longe do que estava acontecendo.

“Chutaram meu aluno!”

Foi quando eu vi o Luís, funcionário do IB, conselheiro de base do Sindicato, meu colega. Eu vi o Luís a uma distância de um policial, gesticulando como se estivesse falando alguma coisa, não deu para ouvir. Vi quando o policial se aproximou dele, deu uns passos rápidos e já correu, já deu um casete nele. Não sei se deu uma rasteira, sei que o Luís caiu. Quando ele caiu, uns cinco policiais encostaram, e os policiais começaram a bater muito nele de casete. Fiquei muito assustada e meu instinto foi correr para filmar de perto. E eu corri, eu fiz isso. Aí eu filmei. Eles chutando, o Luís no chão e eles começaram a chutar. O Luís ficou quieto e eles pegaram pelos braços e pelas pernas dele e começaram a levar para dentro da grade. E aí me aproximei mais, para saber se ia acontecer mais alguma coisa lá, estava bastante chocada. E fiquei muito perto da grade. Ainda filmei o professor José Sérgio (da FE): “Olha, chutaram o meu aluno!”.

“Aperta bem a algema dessa vadia”. Aí passou uma policial, quando ela voltou me pegou pelo pescoço e falou: “Você está gravando? Então você vem também. Vai ser testemunha”. Me pegou pelo pescoço, fiquei toda arranhada, porque ela pegava por aqui... Nisso já se aproximaram mais policiais, depois é que eu fui ver que tinha homem e tinha mulher. E aí ela me agarrou por aqui e eu falava: “Não me agride, não me agride”. Ela continuou me em-



Daniel Garcia

Nani mostra como foi agarrada. Abaixo: atirada ao chão e cercada



Reprodução/Vídeo DCE Livre

purrando, me pegando pelo pescoço, até aquele ponto que vocês vêem: eu tento proteger meu celular, e aí eu não senti, eu só lembro que estava em estado de choque quando caí, eu fiquei olhando para ela. Porque eu não vivi nunca uma violência desse tamanho. Me lembro que não senti dor na hora, eu estava meio confusa. Ela falou assim: “Você está pensando que está falando com quem? Hein, sua vagabunda?” E aí uma outra policial falou: “Olha o celular dela”. Me tiraram o celular nessa hora. E aí me viraram forte, e eu me lembro de um homem falando: “Aperta bem a algema dessa vadia”. Vi que foi um homem que falou isso, um dos policiais que estavam lá. Tanto é que fiquei com isso aqui, muito doído [*mostra os pulsos*]. Já me levantaram, me levaram para dentro da Reitoria. Quando eles estavam me levando, uma pessoa falou assim: “Você não pode bater na pessoa desse jeito”, falou para a policial. “Não pode

agredir desse jeito. Imobiliza e pronto”.

Algemados na Reitoria.

Fui algemada, obviamente, colocaram a gente encostada na parede, o Luís já estava lá. Eu fiz xixi na roupa. Por conta do horror. Falei assim: “Olha, eles me bateram, porque eu estava filmando. Me pegaram, me agrediram...” E aí entrou uma policial, falei assim: “Olha, ela me agrediu”. Ela veio para cima: “Você gravou?” E eu: “Gravei, gravei sim”. E aí ela veio mesmo, para cima. E aí uma outra pessoa que estava na Reitoria falou assim: “Ei, calma lá! Você vai bater nela aqui dentro também?” Aí um dos policiais falou se eu queria ir no banheiro, porque eu tinha feito xixi. Eu falei que não confiava nele, que não queria ir, que eram todos bandidos e que a Polícia tinha me agredido. Ele falou assim: “Mas você sabe que não são todos iguais”. Ele me liberou, tirou a algema, eu fui ao banheiro, chorei muito. Uma

pessoa foi comigo, eu falei: “Moça, me leve no banheiro, não quero ir com eles”. Era alguém da terceirizada que estava na Reitoria. Voltei, eles me algemaram de novo.

Tapas na Reitoria. Tem aquele saguão da Reitoria, tem um corredorzinho, tem os banheiros, a gente ficou numa salinha, que é um anexo. Quando eu cheguei só tinha o Luís. Na sequência chegou um menino, o nome dele é Caio, que estava fazendo transmissão via Facebook. Lembro que quando ele chegou estava com o celular dele. Tinham devolvido nosso celular. Só que veio um moço mais velho, que devia ser um superior deles [dos PMs]. Quando ele foi trazido, esse moço fez assim [faz um gesto de afago] na cabeça do policial que trouxe ele: “Muito bem!”... Era um policial mais novinho. E aí o menino tentava desligar o celular, eles gritando: “Desliga o celular!”. Mas ele não conseguia, estava nervoso. Eles pegaram o celular dele, tomaram, deram uns tapas na cabeça dele. Lá dentro [da Reitoria], nessa salinha onde a gente ficou. Deram ta-

pas na cabeça dele, sabe “pedala”? Nisso eles recolheram de novo, porque tinham me devolvido, e pegaram todos os celulares de novo. Eu pedi para ligar para o advogado, não deixaram. Chegou a Mariana [Brum], bem machucada, estava com muitos vermelhos na perna. A gente pediu para falar com advogado, eles falaram que não. Aí a Maria Paula Dallari [Bucci] deu uma encostadinha lá assim para ver como a gente estava.

Maria Paula. Ela viu que eu estava chorando. Chegou o moço que me parece que é o marido dela. [Eugênio] Bucci porque eu me lembro desse sobrenome. Ele encostou lá, conversou com os policiais, perguntou se a gente estava bem, e aí falou assim: “Mas por que eles não podem...?” Quando a Maria Paula chegou, ela disse que não poderia interferir na ação policial. Que estava indo lá para ver se estava tudo bem. E saiu. Aí chegou esse moço, que depois fiquei sabendo que é esposo dela. Ele perguntou por que não devolviam nossos celulares. O policial que estava lá, Vedovato, falou: “Por-

que agora não”. E aí ele falou: “Vocês vão ficar tranquilos? A gente tira a algema”. Eu falei: “A gente estava tranquila. Vocês é que não estão”. Para quem fosse lá, a gente falou: “A gente foi agredida”. O menino estava inconformado: “Roubaram meu celular”. Alguém conversou com ela [Maria Paula], aí ela falou que estava ali mas não poderia interferir na ação policial. Ela ficou uns dois minutos. Tinha Conselho, falou que tinha de sair. Que teria uma reunião. O marido dela veio, ele conseguiu ser mais atencioso. Aí foi quando o policial veio falar que iria tirar as algemas, para a gente sentar em cima das mãos. Ele tirou as algemas. A gente ficou ali um tempo, talvez uma meia hora, cinquenta minutos.

O *Informativo Adusp* enviou perguntas à superintendente Maria Paula Dallari Bucci e aguarda suas respostas.

“Serpentes” na viatura.

Depois a gente ficou sabendo que ia para o HU [Hospital Universitário]. Entrar na viatura é outro horror. Colocam você naquele ne-

gócio lá de trás, no camburão. A gente chorava muito, eu e a Mariana, eu fui junto com ela. Não conseguia falar, só conseguia se olhar e chorar. E eles faziam aquelas “serpentes” com o carro. Parece que toda hora ia virar, a gente batia o tempo todo, batia em cima, não conseguia ficar sentada. E a gente chorava, eles passavam nas lombadas. A Mariana falou: “Nani, eles estão rindo”, como se fizessem de propósito.

Trauma na cervical. No HU a todo momento tinha um policial atrás da gente, até quando ia no banheiro. Eu tirei um raio-X do braço, não deu nada. Só que eu comecei a sentir muita dor no braço. No dia seguinte voltei no médico. Na verdade, era uma lesão na cervical. Por isso eu sentia, porque ela irradiava. Só depois apareceu a dor nas costas. Fiquei de licença quatro dias. Voltei a trabalhar, fiz uma ressonância magnética nesta semana. Foi difícil voltar, foi difícil falar para as crianças. As crianças perguntavam, eu não sabia como dizer. Comecei a chorar, saí da sala. A psicóloga me ajudou.

A falácia do “policciamento comunitário”

A brutal repressão policial ocorrida no dia 7/3/17 na USP colocou em evidência o papel do “policciamento comunitário” da Cidade Universitária, a cargo da Polícia Militar desde a gestão de J.G. Rodas, que em 8/9/11 firmou um convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) com vistas a ampliar a presença policial no principal *campus* da USP. Esse convênio, que teria a duração de cinco anos, previa a realização de “policciamento comunitário participativo”, no qual 30 policiais militares patrulhariam a Cidade Universitária em carros e motos, e a instalação de duas bases móveis da PM (vide <https://goo.gl/DzsORD>).

Depois de quatro anos, em 9/9/15, um novo convênio de policiamento comunitário foi firmado entre a USP e a SSP, agora baseado no documento intitulado “Proposta de um projeto de Universidade Segura com aproveitamento do Sistema Koban”.

Segundo o site da PM, no sistema Koban “os policiais são fixados em territórios delimitados, passando a fazer parte integrante da comunidade e exercendo uma polícia de defesa da cidadania em estreita parceria com a própria comunidade”, tendo como diretrizes “o respeito aos princípios dos Direitos Humanos, norteando os

serviços de polícia em conformidade com as expectativas da comunidade, sendo necessária a participação dos cidadãos, além de entidades públicas e privadas, na identificação e resolução rápida dos problemas ligados à segurança” (<http://bit.ly/2nKd6pw>).

O convênio de 2015 prevê que os policiais militares lotados no policiamento comunitário sejam escolhidos de forma criteriosa, “adotando-se como parâmetros o voluntariado, a resiliência emocional, aceitabilidade e compreensão do desafio e, preferencialmente, o fato de serem estudantes universitários”.

Ainda segundo o documento, “os policiais militares designados para trabalhar na USP não serão empregados em intervenções policiais-militares, envolvendo alunos, professores e servidores, como o cumprimento de mandado judicial de reintegração de posse”. Isso contradiz frontalmente as ações tomadas em 7/3, quando os soldados do “Koban”, presentes no cotidiano da universidade, apoiaram as ações do pelotão de choque da Força Tática, agrediram muitos manifestantes e detiveram vários deles. Foi o caso da educadora Nani Figueiredo, de outros manifestantes conduzidos ao Hospital Universitário (HU) e de uma jovem funcionária que

passou mal em frente à Reitoria depois que o tenente PM Telles, também do “Koban”, espirrou um jato de *spray* de pimenta diretamente no rosto dela.

Espionagem. O estudante Fernando Magarian (ECA), detido no HU, onde acompanhava seu colega Franciel de Souza, ferido na cabeça, acredita que a real finalidade do policiamento comunitário dentro da USP é a espionagem política. “O policial que veio me dar voz de prisão veio ‘apavorando’, dizendo que sabia quem eu era, me via pelas câmeras, sabia as camisetas que eu usava. É um trabalho de espionagem, pois eles estão lá, no dia a dia, sabendo o que está acontecendo nos movimentos políticos, conhecendo a gente, para ter condições de reprimir mais nos momentos de tensão”.

Procurada pelo *Informativo Adusp*, a SSP informou que o efetivo atual no interior da USP é composto por 56 policiais militares, a maioria dos quais “passou por um treinamento, em 2015, e, em janeiro de 2016, foi habilitada no Curso de Policiamento Comunitário Universitário ministrado por oficiais da PM”. Ainda de acordo com a SSP, o policiamento comunitário baseado no Sistema Koban “teve adaptações para a

realidade estudantil com o auxílio da Comissão de Direitos Humanos da USP”.

A professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (FFLCH), ex-superintendente de Prevenção e Proteção da USP, define como “tragédia anunciada” os episódios de 7/3. “A atual gestão reitoral desejava, há muito tempo, tomar essa atitude e fazer dela uma demonstração de força e poder. Escolheu, a dedo, o momento de tomá-la: uma reunião do Co em que um projeto impactante para a USP estava em pauta. Projeto mal conhecido e discutido pela imensa maioria da comunidade acadêmica, mas, de antemão, apoiado por um pequeno número de conselheiros suficiente para aprová-lo no elitizado Co. Triste dia para a democracia uspiana e vitória, sem dúvida, de acordos de bastidores garantidos pela força bruta (por isso mesmo ilegítimos)”.

“Quanto à Polícia Militar”, prossegue a professora, “há muito tempo ela nem deveria mais existir nos Estados brasileiros. A USP deveria ser um dos centros mais críticos a essa desastrosa herança do regime ditatorial-militar e mais propositivos de alternativas ao modelo atual que, como todas as estatísticas apontam, mais perpetua e acirra múltiplas formas de violência do que as combate”.

Após duas derrotas, Cerri recorre ao TJ

Tanto a 1ª Vara Cível como a 1ª Vara Criminal do Foro regional de Pinheiros julgaram improcedentes as ações que ex-secretário da Saúde ajuizou contra jornalistas e Adusp

Após ser derrotado em primeira instância, tanto na esfera cível quanto na criminal, o professor Giovanni Guido Cerri, ex-secretário estadual da Saúde e ex-presidente do Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina (FFM), decidiu recorrer ao Tribunal de Justiça (TJ-SP) nas duas ações que ajuizou contra os jornalistas responsáveis pela matéria “Conflito de interesses na Saúde”, publicada na *Revista Adusp* 54, de maio de 2013.

No início do ano, em menos de duas semanas Cerri recebeu duas sentenças desfavoráveis. No dia 18/1, o juiz Paulo Henrique Ribeiro Garcia, da 1ª Vara Cível do Fórum de Pinheiros, considerou improcedente a ação ajuizada por “danos morais” e “uso indevido de imagem” contra Pedro Pomar, editor da *Revista Adusp*, as repórteres Tatiana Merlino e Débora Prado e, ainda, contra a Adusp. Foi rejeitado, assim, o pedido do ex-secretário de uma indenização de R\$ 200 mil (corrigidos) e publicação de textos de retratação em mídias comerciais.

No dia 2/2 ocorreu o julgamento da ação criminal, também no Fórum de Pinheiros. Após a oitiva de diversas testemunhas, dos réus e as manifestações orais dos advogados das partes, a juíza Fabíola Oliveira Silva, da 1ª Vara Criminal, absolveu os três jornalistas, acusados por Cerri de “difamação”.

Em 13/3, o ex-secretário protocolou sua apelação na 1a Vara Cível, ao passo que na 1a Vara Criminal seu recurso foi recebido em 28/3.

Vínculos. A reportagem publicada na *Revista Adusp* 54 revelou que o então titular da Secretaria da Saúde mantinha vínculos com duas instituições privadas contratadas pelo governo estadual para gerir hospitais públicos: a Fundação Faculdade de Medicina (FFM), qualificada como “organização social de saúde”, e o Hospital Sírio-Libanês (HSL), ao qual está ligada outra “organização social de saúde”, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (IRSSL). Ambas as “OSS” mantinham, e ainda mantêm, contratos de gestão no valor de centenas de milhões de reais firmados com a Secretaria da Saúde.

Quando se encontrava à frente da Secretaria da Saúde, Cerri era “presidente licenciado” do Conselho Curador da FFM e membro do Conselho de Administração do HSL (cargo que exerce até hoje), além de dirigir o setor de radiologia desse hospital.

“A ação penal não tem como prosperar, os elementos trazidos aos autos não autorizam a edição de um decreto condenatório”, sentenciou a juíza Fabíola Oliveira Silva. “Após análise cuidadosa da matéria publicada de autoria dos querelados [os réus], como também das provas produzidas durante a instrução probatória, verifica-se que não ficou comprovado o elemento subjetivo exigido pelo tipo penal”.

Mais adiante, afirma: “Não restou evidenciado dolo por parte dos querelados. O dolo é a vontade livre e consciente de praticar a conduta delituosa, ou seja, no caso em questão, o propósito de ofender a honra ou a dignidade alheia”. Ressalta ter sido “demonstrado nos autos a realização de pesquisa pelos assinantes com relação ao afirmado”, ao passo que “não se localiza nos autos o atendimento

por parte do querelante [Cerri] quando procurado para dizer o quanto pretendesse com relação ao que era pesquisado”.

Ainda, os jornalistas “buscaram informar ao leitor fatos por eles apresentados” e tal circunstância “ficou devidamente demonstrada pelos esclarecimentos prestados”. Continua a juíza: “É patente que a matéria quando menciona o nome do querelante apresenta conteúdo informativo, vez que se refere a fatos objetivos”. “Não constato a configuração de crimes contra a honra, sobretudo o crime de difamação”.

“Diligência dos réus”. O juiz Paulo Henrique Ribeiro Garcia, por sua vez, ao rejeitar a ação cível por danos morais considerou que houve “diligência dos réus na busca da verdade quanto às informações profissionais do autor, tanto que apresentaram diversos documentos que serviram de fonte para as alegações apresentadas”.

Nesta ação, além de alegar que a matéria publicada na *Revista Adusp* 54 é infundada e difamatória, Cerri diz que causou constrangimentos para sua pessoa, levando-o a desistir de candidatar-se a reitor da USP.

Porém, segundo o magistrado da 1ª Vara Cível, “a principal crítica esboçada na reportagem reside nas vinculações presentes ou pas-

sadas com as entidades privadas que celebram contrato com o Poder Público daqueles que passam a ocupar cargo público” — no caso, o de secretário estadual de Saúde. “E, da narrativa da inicial, observa-se que o autor [Cerri] não negou os vínculos anteriores, até porque alguns não foram inteiramente rompidos, pois se informou o mero afastamento provisório, mediante licença, apenas no que diz respeito ao cargo de direção” — referência ao “licenciamento” de Cerri da presidência da FFM.

Concluiu assim o juiz que “não se verificou a caracterização de qualquer ato ilícito” na matéria em questão, em termos de responsabilidade civil: “O problema da vida pública não se resume à efetiva prática de improbidade, mas atinge também a proteção ao cargo, evitando-se situações de conflito de interesses, que despertam suspeitas geradoras de instabilidade ao governante, razão pela qual impedimentos, vedações e afastamentos são necessários para o bom andamento da gestão pública”.

No ato de 20/3 na Geografia (p.1), o professor Pedro Paulo Chieffi, membro da Comissão Editorial da *Revista Adusp*, denunciou os processos judiciais movidos por Cerri e pediu que os professores se mobilizem em defesa dos jornalistas e da publicação.

Liminar manda Reitoria reabrir a Creche Oeste

O juiz Kenichi Koyama, da 11ª Vara de Fazenda Pública, concedeu, em 21/3, liminar em mandado de segurança em favor da Associação de Pais e Funcionários da Creche Oeste (Apef) (<http://bit.ly/2nI3omb>). Koyama aceitou o pedido de reabertura da creche, fechada arbitrariamente pela Reitoria da USP em 16/1/17, e fixou prazo máximo de 40 dias para cumprimento da ordem. Eventual descumprimento pela Reitoria acarretará multa diária de R\$ 1.000.

A Apef argumentou que o fechamento da Creche Oeste fere resolução do Conselho Universitário da USP, tomada em novembro de 2016, de que sejam preenchidas as vagas ociosas nas creches da universidade. O juiz reconhece, na sua decisão, que a ação da Reitoria desatende a deliberação do principal

colegiado da universidade: “Assim, o vetor do Conselho Universitário poderia ter sido burlado [pela Reitoria] através da realocação recentemente decidida. Com base nisso, apesar da distinção formal entre extinção e realocação, a interpretação pragmática da decisão administrativa não deixa de abrir fresta ao esvaziamento da Creche Oeste, e com isso, fazer vala rasa do órgão, e da necessidade de preenchimento das vagas ociosas. Impõe-se uma dificuldade com vista a minimizar o funcionamento”.

Koyama conclui que a medida do reitor, apresentada como mera transferência dos alunos e funcionários de uma creche para outra, pode mascarar sua real finalidade: “Diante disso, há probabilidade de que a decisão administrativa [...] se re-

vista de um rótulo que oculta seu verdadeiro conteúdo. Acolho, pois, por **cautela** a tutela provisória. **Suspendo** imediatamente a decisão administrativa que determinou a incorporação da creche oeste à creche central. Caso já tenha sido efetivada, determino que seja reaberta e volte a funcionar tal e qual antes”.

Em 27/3, a Ocupação Creche Aberta enviou documento ao reitor, no qual pede abertura de negociação e se diz disposta a colaborar com o cumprimento da liminar, desde que “haja a garantia de que esse espaço será utilizado para sua finalidade original” (<http://bit.ly/2nnUDdv>).

Em ofício enviado à Reitoria, a Adusp reforçou o pedido de negociação imediata (<http://bit.ly/2oi9Dyf>).